

Luzinete da Silva Mussi
(organizadora)

Debatendo as Práticas Docentes

Coletânea de trabalhos em Educação.



Debatendo as Práticas Docentes

Organizadora:

Luzinete da Silva Mussi

Autores:

Geisinete Aparecida Pinto de Magalhães

Geysa Carmo Magalhães Boaventura

Leo Ricardo Mussi

Lúcio Mussi Júnior

Luzinete da Silva Mussi

Marcia Regina Rocha

Marlene Correa dos Santos

Regina Lúcia Barbosa Scopel

Solange Duarte Amorim



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

Organizadora: MUSSI, Luzinete da Silva.

Autores: AMORIM, Solange Duarte; BOAVENTURA, Geysa Carmo Magalhães; MAGALHÃES, Geisinete Aparecida Pinto de; MUSSI, Leo Ricardo; MUSSI, Lúcio Júnior; MUSSI, Luzinete da Silva; ROCHA, Marcia Regina; SANTOS, Marlene Correa dos; SCOPEL, Regina Lúcia Barbosa.

Debatendo as práticas docentes. Organizadora: Luzinete da Silva Mussi. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2021.

46 p.

ISBN 978-65-87333-10-6

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais:
www.isciweb.com.br/livros

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica
Digital Multidisciplinar: www.isciweb.com.br/revista

Acesse!

Leia!

Publique!

Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Junior

Sumário

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E AS BRINCADEIRAS NA PERSPECTIVA DE UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (Geisinete Aparecida Pinto de Magalhães; Geysa Carmo Magalhães Boaventura; Marlene Correa dos Santos; Regina Lúcia Barbosa Scopel; Solange Duarte Amorim).....	6
CAPÍTULO II: ADOÇÃO DE SOFTWARES LIVRES PRA USO DOMÉSTICO, ESCOLAR E PEQUENAS EMPRESAS (Luzinete da Silva Mussi; Lúcio Mussi Júnior).....	21
CAPÍTULO III - DETERMINISMO E EXCLUSÃO SOCIAL FRENTE À FORMAÇÃO DO JOVEM BRASILEIRO (Luzinete da Silva Mussi; Lúcio Mussi Júnior).....	28
CAPÍTULO IV - PROPOSTA PEDAGÓGICA – ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS (Leo Ricardo Mussi; Marcia Regina Rochai)	37

**CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E AS BRINCADEIRAS NA
PERSPECTIVA DE UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL (GEISINETE APARECIDA PINTO DE MAGALHÃES; GEYSA
CARMO MAGALHÃES BOAVENTURA; MARLENE CORREA DOS
SANTOS; REGINA LÚCIA BARBOSA SCOPEL; SOLANGE DUARTE
AMORIM)**

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E AS BRINCADEIRAS NA PERSPECTIVA DE UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Geisinete Aparecida Pinto de Magalhães¹

Geysa Carmo Magalhães Boaventura²

Marlene Correa dos Santos³

Regina Lúcia Barbosa Scopel⁴

Solange Duarte Amorim⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em analisar através de pesquisa bibliográfica a importância dos jogos e das brincadeiras na perspectiva de um instrumento pedagógico na educação infantil. A pesquisa qualitativa bibliográfica, mediante análise de diferentes artigos estudados, encontrados na base de dados Scielo e Pubmed no segundo semestre do ano de 2021 nos leva a compreender a importância do lúdico em sala de aula e a continuidade da utilização de tais práticas junto aos familiares. É possível perceber nas escolas que apesar da presença dos brinquedos em sala de aula, estes não são utilizados de forma a alavancar o desenvolvimento da criança. Constata-se a importância e inclusão do brinquedo como método educacional em sala de aula. Conclui-se a exemplo da rede Municipal de Ensino em Cuiabá-MT, a necessidade de estabelecer programas de melhoramento com foco nos benefícios do desenvolvimento infantil mediante utilização do brinquedo, mediante prática de profissionais da educação mais empenhados para essa finalidade que é o uso de recursos lúdicos para que haja uma melhoria do perfil educacional infantil não só nos centros de educação infantil como nas escolas e com extensão para as famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos e Brincadeiras, Educação infantil, Instrumento Pedagógico.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze, through bibliographical research, the importance of games and games from the perspective of a pedagogical instrument in early childhood education. The bibliographical qualitative research, through the analysis of different articles studied, found in the Scielo and Pubmed database in the second half of the year 2021, leads us to understand the importance of playfulness in the classroom and the continued use of such practices with

¹ geisinetemagalhaes@gmail.com

² geysamagalhaes1@gmail.com

³ marlenecorrea197@yahoo.com.br

⁴ reginascopel@hotmail.com

⁵ solangeduarte148@gmail.com

family members. It is possible to see in schools that despite the presence of toys in the classroom, they are not used in order to boost the child's development. The importance and inclusion of toys as an educational method in the classroom is evidenced. It is concluded, like the Municipal Education network in Cuiabá-MT, the need to establish improvement programs focused on the benefits of child development through the use of toys, through the practice of education professionals more committed to this purpose, which is the use of playful resources so that there is an improvement in the children's educational profile, not only in child education centers but also in schools and with extension for families.

KEYWORDS: Games and Games, Child Education, Pedagogical Instrument.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira assegura que a Educação infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade tanto no aspecto físico e psicológico, como no intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Nesse contexto, muitas pesquisas em Educação têm dirigido sua atenção para a importância do brincar na Educação infantil como um instrumento de auxílio no desenvolvimento da criança.

A Política da Escola Cuiabana, também concebe tal perspectiva ao afirmar que:

A Escola Cuiabana nasce no âmago da sociedade contemporânea e coloca no centro das suas discussões a formação do ser humano constituído e integrado nesta sociedade, assinalada pelo contexto social global e, ao mesmo tempo, pelo local no espaço do território cuiabano. É uma Política Educacional profundamente marcada pelo movimento teórico prático instaurado na história social, na cultura, na reflexão e no diálogo, assim como, no enfrentamento às adversidades que ainda persistem no campo da Educação Básica da capital mato-grossense no limiar dos seus trezentos anos, evidenciadas nas avaliações internas e externas e nos indicadores apresentados no Plano Municipal de Educação (CUIABÁ/PME, 2015-2024).

Nesta direção, um dos primeiros teóricos da Educação a reconhecer a importância do tema foi o pedagogo alemão Friedrich Wilhelm August Fröbel (1782-1852), o qual contribuiu com pesquisas que levaram a uma educação institucional baseada na ludicidade. Foi ele que, em 1840, introduziu o lúdico no jardim de infância.

É por meio dos jogos e das brincadeiras, que a criança forma conceitos, seleciona ideias, percepções e se socializa cada vez mais. O brincar é uma atividade que auxilia na formação, socialização, desenvolvendo habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais. Ao brincar as crianças expõem seus sentimentos, aprendem, constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam. (TEIXEIRA; VOLPINE, 2014, p.82).

Em se tratando da educação na infância, todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras. Pela diversidade de formas de conceber o brincar, alguns tendem a focalizá-lo como característica dos processos de imitação da criança, dando maior destaque apenas ao período posterior aos dois anos de idade. O período anterior é visto como preparatório para o aparecimento do lúdico. No entanto, temos clareza de que a opção pelo brincar desde início da educação infantil é o que garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade. (KISHIMOTO, 2010, p.1)

Para compreender as implicações pedagógicas dos brinquedos e das brincadeiras, é preciso resgatar o aspecto sociocultural destes e das crianças e transformá-los numa atividade significativa para elas, de maneira que ao aprender brincando, a criança poderá construir seus conhecimentos de uma forma diferenciada, criativa e encantadora. (PEREIRA, 2014, p.37)

Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver. (KISHIMOTO, 2010, p.1).

Diante do exposto, partindo da ideia de que a infância é perpassada pelo mundo da imaginação e da fantasia, os jogos e as brincadeiras se apresentam como indispensáveis para o desenvolvimento da criança. Desta forma questiona-se de que forma os jogos e as brincadeiras podem ser utilizados como instrumento pedagógico na educação infantil?

O artigo em tela teve por objetivo geral analisar as formas pelas quais o brincar pode ser utilizado pedagogicamente na educação infantil de 0 a 5 anos. Na perspectiva dos objetivos específicos, busca-se conceituar educação infantil, infância e brincar; evidenciar metodologias mediadas pelo lúdico na educação infantil e apresentar práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil por meio do uso de brinquedos.

É evidente que o papel mais crucial do professor de educação infantil consiste em ajudar as crianças a desenvolver as habilidades de que necessitam para se tornarem aprendizes para vida. Nesse sentido o brincar se apresenta como uma possibilidade rica de aprendizagem. Este estudo se justifica por evidenciar o brincar como um instrumento pedagógico na educação infantil.

METODOLOGIA

A fim de atender aos objetivos propostos para este artigo, a metodologia utilizada é de base qualitativa em conformidade com os preceitos propostos para Bogdan e Biklen (1994), e consistiu em realizar uma revisão de literatura referente ao tema proposto. As buscas de artigos científicos foram realizadas nas bases de dados Scielo e Pubmed, livros e revistas científicas onde foram selecionados artigos originais e de revisão, escritos em português e inglês.

Os critérios de exclusão foram feitos a partir da delimitação do tema do presente, a utilização dos jogos e brincadeiras na educação infantil, os critérios de inclusão foi a partir de conteúdos não relacionados ao tema proposto. Empreendemos uma leitura dos manuscritos para identificação dos núcleos de sentido de cada texto e posterior agrupamento de subtemas que sintetizem as produções.

Lima et al. (2019), investigou a importância do lúdico no aprendizado da Educação infantil, como os docentes enxergam a importância que os pais e/ou responsáveis pelos alunos dão ao brincar e verificamos a percepção dos docentes quanto à sua para utilizar o lúdico como um instrumento de aprendizado, onde verificou-se que os docentes demonstraram claramente que

pensam no uso de atividades lúdicas como uma educação centrada na criança, unindo o lúdico à compreensão e o conhecimento cognitivo dos educandos.

Percebeu-se, pelo estudo, que muitos pais ainda encaram o brincar na educação Infantil como um simples passatempo. No entanto, essa visão vem aos poucos se modificando, para alívio dos docentes, que não precisam se sentir desconfortáveis diante de tal situação. Neste estudo percebeu-se ainda que a formação profissional dos professores entrevistados é considerada satisfatória.

Alencar, et al. (2017), realizou uma reflexão como foco a ludicidade e seu uso na Educação Infantil, sobre o papel que os jogos e as brincadeiras desempenham na aprendizagem da criança, na faixa etária de 04 a 05 anos, período da Educação Infantil.

Dentre os embasamentos teóricos da Educação, expõem experiências acerca do desenvolvimento humano numa perspectiva que prioriza a Educação Infantil como base inicial da formação para cidadania, compreendendo a criança como ser humano pleno. Visto que o lúdico tem uma grande importância para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, principalmente em relação aos jogos e brincadeiras no processo de ensino e da aprendizagem e na formação da personalidade humana.

Tendo como foco principal as estratégias utilizadas com as crianças para vivenciar como as mesmas se desenvolve cognitivamente, afetiva e emocionalmente ao desenvolver atividades lúdicas. Além de tentar entender como esse processo com jogos pedagógicos podem influenciar em sua aprendizagem e no seu desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando no processo de socialização, comunicação, expressão e construção do pensamento.

Todavia, é importante que os educadores da educação infantil estejam informados sobre jogos, brinquedos, brincadeiras, e também sobre a criança e o seu desenvolvimento. Para que o lúdico não seja visto apenas como um momento de diversão e recreação, mas como algo sério, pois as crianças muitas vezes aprendem mais e facilmente através dos jogos e brincadeiras.

Oliveira, et al. (2017), em uma pesquisa com o tema o uso de jogos e brincadeiras como recursos facilitadores da aprendizagem dos alunos da educação infantil em uma escola pública no estado do Pernambuco, via

pesquisa de abordagem qualitativa, teve por objetivo comprovar, mediante pesquisa participante, que os jogos e brincadeiras são recursos facilitadores da aprendizagem na Educação Infantil da escola investigada.

O universo de pesquisa foi a Escola “Bom Jesus da Lapa”, em Araripina - PE. A amostra foi composta de vinte e três sujeitos, sendo eles: três professoras e vinte crianças. Para alcançar os objetivos propostos, aplicou-se a técnica da entrevista com utilização, sendo o instrumento a Guia de Entrevista, dirigido às professoras.

Realizou-se a análise dos Planos de Aulas, observações participantes, sem guia de observação e complementou-se as informações com registros fotográficos proporcionados pela Escola. Concluiu-se que o lúdico contribui como elemento facilitador da aprendizagem dos alunos da educação infantil na turma de Pré II da Escola investigada, a partir das atividades que lhes permitem o desenvolvimento pessoal e social no ambiente escolar e fora dele, quando as crianças levam consigo o que aprenderam na escola.

Nogueira, (2020), apresentou o resgate do lúdico como processo educativo na relação ensino-aprendizagem. Possibilitando uma análise da contribuição que os jogos e brinquedos proporciona a formação da criança e do adolescente, a fim de promover um crescimento sadio, um enriquecimento integrante no ensino dos conteúdos curriculares, por meio de uma prática democrática, na qual oportuniza a participação franca, criativa, livre e crítica. Neste ínterim, o presente estudo perpassou por etapas de investigações teóricas bibliográficas, como: KISHIMOTO (1996), LUCKESI (2000), ALMEIDA (2000) & PIAGET (1968) que vêm a debater e contextualizar o lúdico no processo de ensino aprendizagem.

A educação procura apropriar-se dos jogos e brinquedos como instrumento imprescindível para o desenvolvimento psíquico e para avanço social do homem. Pensando nisso cada sala de aula tem o seu currículo próprio que enfatiza conteúdo dentro do contexto e interesses do aluno com a finalidade de transmitir valores favoráveis à autodescoberta, a autoestima, e a cooperação.

Sendo assim, ensinar brincando e aprender se divertindo torna o ensino uma prática pedagógica relevante e significativa que liberta o aluno do

imobilismo para uma participação ativa, tendo em vista um forte compromisso de transformação e modificação da sociedade.

Medeiros, (2017), realizou um estudo está pautado na temática “A brincadeira e suas contribuições na educação infantil” tem como objetivo principal reconhecer a importância dos das brincadeiras para o desenvolvimento integral da criança e para sua aprendizagem, ressalta a importância das brincadeiras para a aprendizagem nesta modalidade de Educação Infantil, tornando-se fundamental para o professor compreender o universo lúdico, em que a criança se comunica, seja com ela ou com o mundo, desenvolvendo-se integralmente e ainda se beneficiando com os efeitos que a brincadeira proporciona na aprendizagem.

A escolha da temática justifica-se por se entender que a brincadeira é um fenômeno de cultura, a qual se configura como um conjunto de práticas e conhecimentos construídos e acumulados por cada um nos contextos históricos e sociais em que se inserem, haja vista que a brincadeira é um dos aspectos importantes na vida da criança. Por fim, através desse estudo, o professor terá a oportunidade de realizar uma leitura mais consciente sobre o aspecto lúdico na vida da criança, com ênfase nas brincadeiras.

Borges, (2017), realizou uma pesquisa com o objetivo analisar a importância da utilização do lúdico no processo de ensino e de aprendizagem, assim como compreender de que forma o lúdico contribui para o desenvolvimento integral da criança. O lúdico proporciona para a criança o aprendizado no campo intelectual, físico, social e cultural, desta forma, a utilização do lúdico por meio dos jogos e brincadeiras permite que a criança demonstre seus limites e habilidades de forma divertida e eficaz ao mesmo tempo. Por meio do questionamento: qual é a importância da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem? O estudo propõe-se a contribuir em nível elevado com a prática docente, para que seja aprimorada.

Neste sentido, para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas estratégias que proporcione a realização da pesquisa exploratória qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica em fontes como livros, artigos, anais publicados em congressos, dentre outros. Ao final desta pesquisa, concluiu-se que é preciso levar o educador e a escola a compreenderem a importância da

ludicidade para o desenvolvimento integral da criança no processo de ensino e de aprendizagem, de forma a contribuir positivamente para a educação, especialmente a Educação Infantil que nem sempre é percebida como uma etapa importante do processo de formação dos cidadãos.

Amarante, (2019), apresentou e discutiu sua relevância na prática pedagógica realizada na Educação Infantil e no desenvolvimento integral da criança, com intuito da construção do conhecimento e aprendizagens. Destacou-se como objetivos dessa investigação compreender os jogos, brinquedos e brincadeiras, entender a importância pedagógica do brincar na formação do desenvolvimento infantil e sua utilização como ferramenta pedagógica, que poderá auxiliar na concentração, agilidade, coordenação motora, atenção, além de possibilitar interação e mudança no comportamento social da criança.

A metodologia utilizada pauta-se na pesquisa bibliográfica com vistas a compreender os jogos, brinquedos e brincadeiras como elementos constituintes de aprendizagens a partir da possibilidade de diversas interações, manifestações sociais e valores culturais, tendo em vista que a atividade lúdica estimula o processo de ensino e aprendizagem e proporciona a construção do conhecimento na esfera educacional, social e pessoal. Inferimos que a evolução ao longo do tempo das ações lúdicas deixou de ser algo secundário, usado somente para entreter a criança, passando a ter um papel fundamental no processo educacional que será defendido por diversos teóricos.

Oliveira, (2016), analisou a presença do brinquedo na rotina da Educação Infantil, qual o papel do mesmo na aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliou que é de suma importância que o brinquedo esteja inserido no cotidiano da criança; o mesmo está atrelado à brincadeira, já que é no ato de brincar que utilizamos o brinquedo, seja no ambiente escolar ou familiar. Com isso foi realizado um estudo de caso em uma instituição na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, com a intenção de identificar como o brinquedo é utilizado e quais as propostas pedagógicas promovidas pelos educadores no ato de brincar.

Analisou-se os dados coletados com bases nos principais documentos que constituem a Educação Infantil, bem como através de uma pesquisa

alicerçada nos fundamentos teóricos de autores. Constatou-se que é brincando que a criança dá significado ao seu mundo e desenvolve uma aprendizagem significativa, sentindo-se através do ato de brincar autônomo e independente, inserindo-se na sociedade como sujeito ativo de direitos.

O resultado da pesquisa apontou que o tempo destinado ao brincar no ambiente escolar é curto e limitado pela rotina atarefada atribuída aos educandos; a qualidade e quantidade do brinquedo também são pontos importantíssimos, para a realização de um brincar significativo, apesar de ser notável a desvalorização do ato de brincar pelos profissionais da educação.

Silva, et al. (2017), buscou contribuir para a compreensão do espaço escolar como um lugar propício de construção do conhecimento, a partir de brincadeiras, jogos e brinquedos, enquanto instrumentos pedagógicos, e a influência do brincar no desenvolvimento cognitivo e social da criança, tornando o aprendizado atraente e interessante. Verificou-se que os jogos e as brincadeiras proporcionam a socialização, o raciocínio lógico, a imaginação e a criatividade, sistemas indispensáveis à construção da aprendizagem na primeira infância.

Silva, (2019), apresentou a utilização da ação Lúdica no aprendizado, e a sua influência, como os educadores conduzem tal metodologia com seus educandos, como ferramenta de ensino e melhoria da aprendizagem, abordando a importância do Lúdico no processo de ensino aprendizagem, buscando compreender a relevância do brincar discutindo a aplicabilidade do lúdico no cotidiano escolar e as dificuldades de implantação.

O trabalho desenvolveu-se como uma pesquisa qualitativa e de pesquisar alicerçadas nos fundamentos de autores: Sarmiento (2002), Vygotsky (1984), Piaget (1975). Portanto busca-se identificar que a utilização do Lúdico aliada a atividades pedagógicas pode proporcionar uma atividade que permita que sejam desenvolvidas habilidades motoras, sociais, criativas e comportamentais positivas no aluno.

Barbosa, et al. (2018), Avaliou o desenvolvimento do ser humano, em particular da criança, depende especialmente da estimulação recebida. Nesse contexto, o desenvolvimento da linguagem corporal é especialmente

beneficiada pela interação da criança com os brinquedos pedagógicos ao longo de toda a infância.

Os brinquedos pedagógicos representam o principal recurso existente durante o brincar. No entanto, suas adequadas características qualitativas e quantitativas representam condições necessárias para que se alcance as metas de estímulo ao desenvolvimento da criança. O estudo identificou em uma escola de uma rede municipal de ensino a existência, frequência de uso, quantidade, conservação e armazenamento de diferentes categorias de brinquedos pedagógicos. Em adição, as razões pelas quais os mesmos estimulam o desenvolvimento e as diferentes linguagens corporais de crianças foram exploradas. Foi utilizada uma ficha de avaliação e registro padronizada.

Os resultados das diferentes pesquisas sobre a importância do lúdico e dos jogos na Educação Infantil evidenciam que a aprendizagem nesta etapa da vida da criança passa necessariamente pelo mundo da ludicidade, questão vivenciada por nós que atuamos diretamente na Educação Infantil nas creches e CMEI's da rede Municipal de Ensino em Cuiabá-MT.

Análise dos Dados

Através do que relataram os autores estudados nos diferentes artigos coletados, o brinquedo como instrumento pedagógico na educação infantil é utilizado de forma consciente pelos docentes, porém precisa de adequações e melhorias, precisa ter uma extensão dessa atividade de dentro de sala para a casa dos alunos, uma vez que os pais não podem encarar como uma simples recreação, mas sim um desenvolvimento em todas as esferas para a criança, conforme a ideia dos autores Silva, et al. (2017).

Verificou-se que os jogos e as brincadeiras proporcionam a socialização, o raciocínio lógico, a imaginação e a criatividade, sistemas indispensáveis à construção da aprendizagem na primeira infância. Segundo Oliveira, (2016), o tempo destinado ao brincar no ambiente escolar é curto e limitado pela rotina atarefada atribuída aos educandos; a qualidade e quantidade do brinquedo também são pontos importantíssimos, para a realização de um brincar

significativo, apesar de ser notável a desvalorização do ato de brincar pelos profissionais da educação e Barbosa, et al. (2018).

Lima et al. (2019), realizaram uma pesquisa sobre o seguinte problema: qual a importância do brincar na Educação infantil na perspectiva do docente? e percebeu-se, pelas entrevistas realizadas, que muitos pais ainda encaram o brincar na educação Infantil como um simples passatempo. No entanto, essa visão vem aos poucos se modificando, para alívio dos docentes, que não precisam se sentirem desconfortáveis diante de tal situação. Neste estudo enquanto percebeu-se ainda que a formação profissional dos professores entrevistados é considerada satisfatória, Alencar, et al. (2017) concluiu que, todavia, é importante que os educadores da educação infantil estejam informados sobre jogos, brinquedos, brincadeiras, e também sobre a criança e o seu desenvolvimento.

Para que o lúdico não seja visto apenas como um momento de diversão e recreação, mas como algo sério, pois as crianças muitas vezes aprendem mais e facilmente através dos jogos e brincadeiras e também verificou que o lúdico tem uma grande importância para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, principalmente em relação aos jogos e brincadeiras no processo de ensino e da aprendizagem e na formação da personalidade humana.

No entanto, suas adequadas características qualitativas e quantitativas representam condições necessárias para que se alcance as metas de estímulo ao desenvolvimento da criança. Os resultados demonstraram a existência de brinquedos, predominantemente em bom estado de conservação e bem armazenados, porém com baixa frequência de uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brinquedo como instrumento pedagógico na educação infantil, demonstra ser de extrema importância, pois jogos, brinquedos e brincadeiras fazem parte do mundo da criança, pois estão presentes na humanidade desde o seu início segundo os estudos analisados, evidenciou-se a necessidade de investimentos em conscientização de alguns profissionais educadores e a

família come peça fundamental na continuidade desse desenvolvimento se faz necessário.

Em conformidade com a Política da Escola Cuiabana (2019), a infância é uma ideia que vai muito além da cronologia e é construída por elementos fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem, como a fantasia, o faz de conta, as brincadeiras, os jogos, a música, a dança, pois é por meio destes que ocorrem as apropriações da cultura, da linguagem, a formação da mente e dos laços afetivos e, portanto, precisam ser considerados ao se definir um projeto pedagógico.

Dessa maneira, ao se pensar em utilizar os jogos e as brincadeiras como atividade educacional, antes se faz necessário que os educadores devam tomar consciência de que levar o jogo para a sala de aula e usá-lo como ferramenta curricular, é indispensável para o desenvolvimento integral da criança, envolvendo seus aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais, a fim de que o lúdico não seja visto apenas como um momento de diversão e recreação, mas como algo sério, pois as crianças muitas vezes aprendem mais e facilmente através dos jogos e brincadeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José; CONCEIÇÃO, Goiomar E E, CARVALHAES G C ET AL. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. Revista de Política Agrícola, 2013

AMARANTE, Antonia. JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGENS. Ministério Da Educação Secretaria De Educação Profissional E Tecnológica Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Goiano - Campus Morrinhos, Licenciatura Em Pedagogia, 2019

BARBOSA, Fernando S. S; ATHANASIOS, Hugo; AMARAL, J.J.O. Brinquedos pedagógicos como instrumentos de estímulo ao desenvolvimento das linguagens corporais: quantificação e qualificação desses recursos em escolas de educação infantil. Artefactum – revista de estudos em linguagem e tecnologia ano x – n° 01/2018

BORGES, Carla ; MENDONÇA, Camila ; FIGUEROA, Amanda. APRENDER BRINCANDO: A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO PROCESSO DE

ENSINO E APRENDIZAGEM. ANAIS X EPCC UNICESUMAR – Centro
Universitário de Maring, 2017

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Ed., Coleção Ciências da Educação, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (1996). Lei nº9.293, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, Senado, 1996.

CUIABÁ. Secretaria Municipal de Cuiabá. Escola Cuiabana: cultura, tempos de vida, direitos de aprendizagem e inclusão. 1ª edição. Cuiabá-MT: Print Gráfica e Editora, 2019.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. Perspectivas Atuais: Belo Horizonte, 2010.

LIMA, Iracemma ; SANTOS, Isabelle. A Importância do Brincar na Educação Infantil sob a Óptica Docente. Revista AMAzônica,

LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/EDUA, 2019, Pág. 247-263.

MEDEIROS, Maria. A BRINCADEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL. CURRAIS NOVOS , 2017

NOGUEIRA, LARISSA. Jogos e Brinquedos como uma proposta Pedagógica e Motivadora no processo de ensino aprendizagem. São Francisco do Conde, 2020

OLIVEIRA, Phamella. A presença do brinquedo na rotina da educação. João Pessoa: UFPB, 2016.

OLIVEIRA, Nederjane ; DAMASCENO, Erasm. Jogos e Brincadeiras como Recursos facilitadores da aprendizagem na Educação Infantil da Escola Bom Jesus da Lapa no Distrito de Gergelim, Araripina-PE. d on Line Rev. Psic. V.11, N. 36. Julho/2017 - ISSN 1981-1179

PEREIRA, Uiliete Márcia Silva de Mendonça. O olhar da criança sobre a brincadeira nos anos iniciais do ensino fundamental. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal/RN, 2014.

SILVA, Amanda Tufi da. Ludicidade na Educação . A importância do brincar. 2019. 24 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia – Anhanguera, Itapecerica da Serra, 2019.

SILVA, Claudia M.S ; SANTOS, Carlos A.B. Uma reflexão sobre a importância dos jogos e brincadeiras na escola. Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (junio 2017).

SILVA, Márcia Gomes dos Santos. A importância de Friedrich Fröbel para a Educação Infantil. Portal Recanto das Letras. Sorocaba, 16 abr. 2013.

TEIXEIRA, Héliça Carla; VOLPINI, Maria Neli. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP,(1): 76-88, 2014.

**CAPÍTULO II: ADOÇÃO DE SOFTWARES LIVRES PRA USO
DOMÉSTICO, ESCOLAR E PEQUENAS EMPRESAS (LUZINETE DA
SILVA MUSSI; LÚCIO MUSSI JÚNIOR)**

ADOÇÃO DE SOFTWARES LIVRES PRA USO DOMÉSTICO, ESCOLAR E PEQUENAS EMPRESAS

Luzinete da Silva Mussi⁶

Lúcio Mussi Júnior

RESUMO

Este estudo tem como foco principal uma análise sobre as principais motivações para a utilização de softwares piratas. Busca-se também a conceituação de software proprietário e software livre, bem como a análise sobre as possibilidades funcionais de um usuário “comum” de computadores substituir os programas que utiliza por opções livres. Outro ponto destacado nesta pesquisa são as consequências da utilização de programas piratas, enfatizam-se o prejuízo das empresas do setor e o risco ao qual se expõem o usuário ao valer-se de programas alterados para funcionarem sem licença. Analisam-se ainda algumas questões culturais envolvidas nas decisões de usuários comuns pela utilização de softwares proprietários pirateados ou softwares livres capazes de desempenhar as mesmas tarefas. Visando cumprir os objetivos aqui propostos, adota-se o método de revisão bibliográfica à luz de estudos já publicados sobre o tema.

Palavras-chave: Software Livre. Software Proprietário. Pirataria.

Introdução

Atualmente o problema da utilização de softwares piratas é percebido em todo o globo. Tal prática além de gerar grandes prejuízos às empresas do ramo, também colocam os usuários de tais programas em risco, haja vista as alterações feitas nestes softwares para que funcionem sem licença.

O objetivo do presente trabalho é esclarecer as principais diferenças entre software livre e software proprietário, bem como pesquisa as causas da grande utilização de softwares piratas na atualidade. Analisam-se também, de

⁶ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas e Coordenadora do Polo Sinop do Grupo PROMINAS (instituição que oferece cursos de Pós-graduação, Graduação e Complementação Pedagógica). Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. prof.luzinetemussi@gmail.com

forma breve, a possibilidade de um usuário “normal” de computador substituir os softwares proprietários que utiliza por opções livres destinadas às mesmas funções.

Outro ponto de destaque é a conceituação de Software Livre, onde o vocábulo “livre” atinge uma significação muito mais abrangente que simplesmente a de gratuidade.

Para o cumprimento dos objetivos aqui propostos valeu-se do método de revisão bibliográfica à luz de estudos já publicados acerca do problema da utilização de softwares piratas.

Desenvolvimento

Considerações iniciais sobre softwares

Faz-se importante ressaltar que todo sistema computacional, independentemente de seu tamanho e capacidade de processamento, apresenta dois itens fundamentais. Trata-se da parte física, chamada de hardware (as peças propriamente ditas) e a parte lógica, os softwares (também chamados de programas).

O hardware, sendo representado por tudo que é palpável, é composto de chips, placas, circuitos, resistores, capacitores, discos, leitores, sensores, monitores, teclados e mais uma infinidade de peças e componentes. Já os softwares são sequências de instruções capazes de fazer com que todos esses componentes funcionem de forma a executarem uma determinada tarefa.

Entende-se, portanto, que, da mesma forma que não basta ter o aparelho fonador em perfeito estado para que se fale, sendo preciso o aprendizado do idioma com nossos pais ou outras pessoas que já o tenham aprendido, um computador depende de programas contendo as informações e instruções necessárias para que ele funcione.

De forma mais básica podemos dizer que o usuário de um computador interage com os programas (softwares) instalados na máquina e justamente estes softwares comandam o equipamento para se produza o resultado

esperado. Assim, percebe-se que qualquer tarefa feita em um sistema computacional, seja seu celular, uma Smart TV, uma calculadora, um notebook ou um grande servidor corporativo, depende da intermediação de um software específico.

Dentre os softwares pode-se destacar um grupo especial chamado de “Sistema Operacional”. Tal programa é responsável por fazer a intermediação entre a máquina e o usuário sendo nele instalados os demais programas para a execução de tarefas específicas. Como exemplos de sistemas operacionais mais conhecidos podemos citar o Windows, o Linux, o MAC OS e o Android (que roda na maioria dos celulares e smartphones).

Conceituando softwares livres e softwares proprietários

Partindo-se do princípio retromencionado de que um sistema informativo depende de softwares para funcionar e realizar as funções para as quais foi produzido, entende-se também a fundamental importância dos programas para compor um “todo” utilizável. Contudo, torna-se nítido que a produção de tais programas demanda muita pesquisa, além de grande volume de horas trabalhadas por profissionais altamente capacitados. Somando a esses custos o gasto com a infraestrutura e o lucro pretendido, tem-se uma breve explicação de como funciona a produção de um software proprietário.

Para a comunidade gnu.org, software livre é todo aquele que permite a liberdade do usuário e a formação do sendo de comunidade. Deste modo, evidencia-se que o software livre deve permitir que os usuários o utilizem, copiem, distribuam e até mesmo façam estudos e implementem melhorias.

Assim o termo livre de “Software livre” é associado a liberdade e não apenas à gratuidade.

Matte (2018) destaca a liberdade como citado abaixo:

Na Cultura Livre não se fala em liberdade absoluta: existem liberdades específicas para fazer determinadas coisas: para usar, para recriar, para inventar, para aprender, para ensinar, para conhecer, para discutir, para expressar, para copiar, para compartilhar etc. Talvez uma das maiores contribuições do Software Livre seja exatamente a de alertar para o fato de que liberdade absoluta é uma

fantasia, um mito, ou seja, o que de fato existe são liberdades definidas pelos verbos a elas associados.

Neste quesito, a comunidade gnu.org salienta ainda que o software proprietário se configura como um instrumento de poder injusto.

Software pirata x software livre

Fonseca (2009) destaca que a pirataria se mostra como uma prática bastante ampla na sociedade atual, atingindo quase todos os tipos de produtos. Caracteriza-se, assim, a pirataria como um crime contra os direitos autorais.

O autor retrocitado afirma ainda que o principal motivo apresentado por usuário de softwares piratas é o valor excessivo cobrado pelas empresas que produzem tais itens. Outro ponto destacado é a minimização “cultural” do uso de programas piratas. Os usuários, em sua maioria, afirmam que todo mundo faz uso de softwares pirateados e desta forma, o crime está descaracterizado, por assim dizer. No entanto, salienta o autor, que parte significativa dos usuários de computadores têm à sua frente opções gratuitas de softwares capazes de realizar as tarefas que necessitam e ainda assim optam pela pirataria.

Banffy (2006) destaca a grande propensão à monopolização apresentada no mercado de softwares. O autor destaca que, quanto mais um software é utilizado, mais fácil se torna utilizá-lo devido à padronização. Como exemplo pode-se mencionar o Microsoft Windows e o Microsoft Office.

Entende-se que pirataria de softwares gera transtornos nas duas pontas da cadeia produtiva. Por um lado, gera prejuízo à indústria de softwares haja vista a redução nas vendas do produto licenciado. Por outro lado, o risco ao qual os usuários se expõem ao baixarem e utilizarem programas alterados para funcionarem sem o devido registro.

Neste sentido, o software livre mostra-se como uma solução bastante plausível, mas ainda muito ignorada. Observa-se que a maioria dos usuários de computadores para fins pessoais ou educacionais necessitam de acesso à internet, editor de textos, editor de slides, planilha eletrônica, editor de

desenho, acesso on-line à instituições bancárias e player multimídia. Atualmente estes recursos estão disponíveis na instalação padrão da maioria das distribuições Linux, sem custo e com instalação facilitada.

Entre as distribuições Linux mais utilizadas atualmente podemos mencionar: Ubuntu, Linux Mint, Debian Fedora, Open Suse e Red Hat, embora existam muitas outras. Deste modo é possível encontrar uma distribuição que atenda às necessidades e tenha a usabilidade facilitada de acordo com o conhecimento de quem vai utilizar. Uma distribuição Linux parecida com o Windows, pode ajudar pessoas menos experientes a mudar de software proprietário para software livre, por exemplo.

Falta de conhecimento e comodismo?

Atualmente em nossa sociedade dois pontos mostram-se como grandes empecilhos à popularização do software livre. São a falta de conhecimento e o comodismo.

Muitos usuários não conhecem opções gratuitas ao Windows e o MS Office, por exemplo. As montadoras e as lojas de informática não se empenham em levar até seu cliente uma opção, as escolas (tanto de informática como as regulares) não se empenham e fazer com seu aluno conheça os softwares livres e muitas empresas preferem utilizar softwares piratas à treinar seus funcionários para utilização de alternativas livres.

Já a questão do comodismo, observa-se ser algo que parte do usuário. A maioria das pessoas ao se deparar com a opção de utilizar um software livre em detrimento de um pirateado, decidem-se pelo software pirata. Entende-se que essa opção geralmente ocorre devido ao costume com os programas que já utilizava anteriormente e também à resistência em adaptar-se a uma nova interface.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, é possível perceber que atualmente existem softwares livres capazes de substituir com a maioria dos softwares proprietários disponíveis. Deste modo, a questão do alto preço de programas originais como desculpa para valer-se da pirataria cai por terra na maior parte dos casos.

Assim, percebem-se a falta de divulgação e informação, bem como a falta de vontade em se mudar um paradigma como dois fortes pilares sustentando a utilização de softwares pirateados.

No tocante à utilização de programas piratas evidenciam-se ao menos duas grandes consequências: o grande prejuízo impelido ao mercado de softwares e o risco causado pela utilização de softwares adulterados para funcionarem sem licença que podem inclusive roubar dados e informações dos usuários.

Finalmente, entende-se que há uma cultura fortemente enraizada em nossa sociedade quanto a utilização de softwares piratas. Essa questão cultural precisa ser mudada, mas para tanto é preciso de empenho de todos, principalmente das instituições de ensino, das empresas do ramo de informática, do governo e conseqüentemente dos usuários.

REFERÊNCIAS

BBC. Prejuízo com pirataria de software no Brasil mais que dobra e já é 5º no mundo, diz relatório. BBC News Brasil. 2010. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100511_pirataria_relatorio_ebc.shtml.

FSF. O que é o software livre? Free Software Foundation. 2018. Disponível em <https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>.

MATTE, Ana Cristina Fricke. POR QUE USAR SOFTWARE LIVRE SERIA UMA OPÇÃO EDUCACIONAL? Revista Em Rede. v.5, n.3. 2018.

PINHEIRO, Fernanda Guimarães; GUATIMOSIM, Fernando Cruz; RODRIGUES, Leandro; COSTA, Mariana Canuto; SOUZA, Vinícius Marcenes Gonçalves de. Pirataria, Software e Engenharia. Organização Texto Livre. 2011. Disponível em <http://ueadsl.textolivre.pro.br/blog/?p=1906>.

**CAPÍTULO III - DETERMINISMO E EXCLUSÃO SOCIAL FRENTE À
FORMAÇÃO DO JOVEM BRASILEIRO (LUZINETE DA SILVA MUSSI;
LÚCIO MUSSI JÚNIOR)**

DETERMINISMO E EXCLUSÃO SOCIAL FRENTE À FORMAÇÃO DO JOVEM BRASILEIRO

Luzinete da Silva Mussi⁷

Lúcio Mussi Júnior

RESUMO

O presente artigo traz um estudo sobre o "Determinismo Social" bem como o questionamento sobre até que ponto, na prática, os brasileiros nascem com os mesmos direitos. Observando o contraste entre as possibilidades oferecidas às pessoas nascidas em diferentes classes sociais e diferentes localidades, nota-se o quanto a maioria dos jovens acabam impelidos a manterem quando adultos as mesmas condições sociais em que foram criados. Percebeu-se que nossa legislação determina a igualdade de direitos para todos os indivíduos assim como garante às crianças e adolescentes uma série de direitos visando garantir-lhes o adequado desenvolvimento. Contudo, percebe-se que na prática os jovens das classes menos favorecidas crescem em condições precárias que acabam, em boa parte dos casos, por condená-los a uma vida de miséria ou mesmo atirá-los na criminalidade. Para constituição do presente trabalho valeu-se do método de revisão bibliográfica à luz de teóricos como Blackburn (1992), Macedo (2010), Petrin (2014), Silva e Sousa (2012), entre outros.

Palavras-chave: Determinismo Social. Oportunidades. Igualdade de Direitos.

ABSTRACT

This article presents a study on "Social Determinism" as well as the questioning of the extent to which, in practice, Brazilians are born with the same rights. Observing the contrast between the possibilities offered to people born in different social classes and different localities, one notices how much the majority of young people impelled to maintain as adults the same social conditions in which they were created. It was realized that our legislation determines equal rights for all individuals as well as guarantees to children and adolescents a series of rights aimed at ensuring their adequate development. However, it can be seen that in practice the young people of the less favored classes grow up in precarious conditions that end up, in most cases, by condemning them to a life of misery or even throwing them into crime. For the constitution of the present work, it was used the method of bibliographical revision in the light of

⁷ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas e Coordenadora do Polo Sinop do Grupo PROMINAS (instituição que oferece cursos de Pós-graduação, Graduação e Complementação Pedagógica). Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. prof.luzinetemussi@gmail.com

the theorists like Blackburn (1992), Macedo (2010), Petrin (2014), Silva and Sousa (2012), among others.

Keywords: Social Determinism. Opportunities. Equal rights.

Introdução

A presente pesquisa busto esclarecimentos acerca do “Determinismo Social” em nosso país. Questiona-se prioritariamente até que ponto é possível afirmar que os brasileiros nascem com os mesmos direitos.

Busca-se traçar um breve contraste entre a qualidade de vida e as condições de desenvolvimento oferecidas às crianças de diferentes classes sociais.

Observa-se ao longo da pesquisa que o “Determinismo Social” ainda impera no Brasil e, em parte significativa dos casos, impele os filhos de famílias necessitadas a seguirem os mesmos destinos de privações vividos pelos seus pais.

Por fim, percebe-se no poder público as condições estruturais, financeiras e a obrigatoriedade legal de buscar meios para garantir que as crianças de famílias necessitadas tenham o mínimo necessário ao seu bom desenvolvimento.

Para o cumprimento dos objetivos propostos nesta pesquisa, valeu-se da metodologia de revisão bibliográfica à luz de teóricos como Blackburn (1992), Macedo (2010), Petrin (2014), Silva e Sousa (2012), entre outros.

Desenvolvimento

Para Silva e Sousa (2012) foi o fortalecimento do capitalismo industrial no século XVIII que trouxe os fundamentos da sociedade como conhecemos hoje. Nesse momento originava-se a relação entre capital e trabalho onde o capitalista consolidava-se como o patrão e o trabalhador vendia o único bem

que lhe restava, a força de trabalho, tornando-se assalariado e dependente dos meios de produção que passaram a ser propriedade do capitalista.

A justificativa encontrada para esta nova fase foi o liberalismo que se baseava na defesa da propriedade privada, comércio liberal e igualdade perante a lei. A velha sociedade medieval estava sendo totalmente transformada, assim o nome de homem de negócios era exaltado como virtude, e eram-lhe dadas todas as credenciais uma vez que ele poderia fazer o bem a toda sociedade. (SILVA E SOUSA, 2012, P.6)

Giddens (1991) esclarece que, quando as relações se mostram mais complexas a partir das relações capitalistas e da constante busca pela modernização da sociedade, muitos indivíduos passam a não ser capazes de suprir suas necessidades básicas não alcançado sua liberdade.

A ordem social emergente da modernidade é capitalista tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. O caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema expandir (GIDDENS, 1991, p.20).

Já para Blackburn (1992), ao analisar esse processo é possível perceber o homem e a natureza como vampiros da razão ao passo em que dificultam a satisfação das necessidades e também a liberdade. Para o autor a natureza é mais que um palco, ela interfere diretamente na história do homem.

Harvey (1992) afirma que, a modernidade extrapola a ruptura com todas as condições históricas caracterizando-se como um interminável processo de rupturas.

Amparo legal

A Constituição Federal de 1988 determina que todos os indivíduos são iguais perante a lei, independente de sexo, cor, classe social, orientação religiosa ou qualquer outro parâmetro.

Esta mesma Carta Magna afirma também o que se segue:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 227 da Constituição Federal Brasileira)

Deste modo, fica evidente a preocupação em proteger o direito de igualdade entre os cidadãos brasileiros, bem como proteger os direitos da criança e do adolescente para que possam receber, ao menos o imprescindível, para crescerem e se desenvolverem de modo a ocupar com dignidade seu lugar na sociedade.

No entanto, observa-se em nosso país grande discrepância entre a legislação vigente e a realidade com a qual nos deparamos.

Ao passo que nossa constituição federal prega a igualdade de direitos, na prática é possível ver a todo instante que a acentuada desigualdade social acaba impondo severas diferenças.

Toda a criança tem seu direito à vida assegurado por lei, mas na prática o governo não encontra meios de impedir o grande número de abortos que são feitos todos os dias em clínicas clandestinas. Também não se consegue garantir a assistência médica adequada nem tampouco a boa alimentação a todas as crianças.

Nota-se que o Brasil é um país de dimensões continentais e como tal, apresenta grande diversidade de culturas, de grau de desenvolvimento, de clima, de topografia, enfim, entende-se que todas essas variantes acabam por impor dificuldades ao poder público. No entanto, percebe-se que nosso país é bastante produtivo e que a carga tributária incide de forma pesada sobre todas as áreas de produção, comercialização, transporte, sobre a renda e sobre a propriedade. Assim, entende-se que se esse dinheiro fosse melhor administrado pelo poder público e os índices de corrupção fosse menor, seria possível fazer muito mais para se garantir de forma adequada os direitos básicos à população carente.

Determinismo Social

Petrin (2014) define determinismo como sendo a afirmação de que escolhas, bem como as ações humanas não estão sujeitas ao livre arbítrio de cada indivíduo, mas acontecem por pura relação de causalidade.

Macedo (2010) corrobora dizendo que o determinismo costuma pensar nas relações existentes entre as coisas, objetos e os meios como causa e efeito, sujeito e objeto. O autor afirma ainda ser muito difícil evitar pensamentos deterministas.

Deste modo, é possível notar que a cada dia o “determinismo social” se fortalece em nosso país. Imagina-se que duas crianças nascidas no mesmo dia, na mesma cidade, com os mesmos direitos à vida, saúde, alimentação, educação, segurança, entre outros, devidamente assegurados pela nossa Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Supondo que uma dessas crianças seja o quinto filho de um casal que mora em um barraco improvisado com restos de madeira, localizado em um bairro pobre e violento na periferia. Que a mãe dessa criança seja desempregada e analfabeta. Que o pai dessa criança seja operário e saia de casa às cinco horas da manhã para trabalhar e volte às vinte horas devido à distância e que receba um ordenado de um salário mínimo como única renda de sua família. Vamos supor agora que a outra criança é filha de um dos sócios da empresa que o pai da primeira criança trabalha. Supomos que o pai dessa segunda criança recebe um farto pró-labore, além de participação nos lucros da empresa da qual é sócio. Mora em um bairro nobre da cidade em uma casa que oferece todas as condições de conforto e higiene onde o bebê recém-nascido já possui sua própria suíte montada com tudo de que necessita.

Perante essa situação hipotética, mas similar a muitas que acontecem todos os dias, podem-se fazer várias indagações: - Na prática, essas duas crianças têm o mesmo direito à vida? Terão o mesmo tipo de assistência à saúde? As duas terão a alimentação adequada para seu bom desenvolvimento físico e mental? Terão acesso à educação de qualidade? Esses dois indivíduos terão direitos iguais no tocante ao acesso a lazer e ao convívio social?

Mostra-se evidente a impossibilidade de se garantir a mesma qualidade de vida a todos os brasileiros. No entanto, nossa Carta Magna determina que todas as crianças têm direito ao menos ao mínimo necessário para seu adequado desenvolvimento. Deste modo pergunta-se: A primeira criança citada em nossa situação hipotética terá o mínimo necessário para se desenvolver adequadamente? Ao analisar-se a situação narrada, podemos supor que esta primeira criança terá no futuro condições de oferecer a seu filho uma qualidade de vida melhor do que seu pai está oferecendo para ela?

Claro que existem muitos fatores envolvidos no desenvolvimento de uma criança e que muitas pessoas de origem humilde conseguem mudar sua situação financeira e ascender socialmente, mas estatisticamente o “determinismo social” impera em nosso país.

Outro ponto que merece destaque é o da criminalidade. Pesquisas apontam que a maior parte dos presidiários tem origem em famílias desestruturadas e possuem parentes que já tiveram passagens pela polícia. Tal fato vem reforçar ainda mais o “determinismo social”. Fica evidente que uma criança que cresce em meio à criminalidade, convivendo constantemente com o crime terá muito mais chances de entrar para o mundo do crime se comparada com uma criança educada em um meio onde as pessoas buscam no estudo e no trabalho os meios de ganhar a vida.

Assim percebe-se que, ao passo que o indivíduo não encontra meios para garantir os direitos de seu filho, o poder público deveria agir de forma adequada para que estas necessidades básicas fossem supridas.

Garantir às crianças e adolescentes seus direitos mínimos para o adequado desenvolvimento e formação é a peça fundamental na construção de uma sociedade mais justa, segura e produtiva.

Conclusão

Nota-se com a presente pesquisa que, embora nossa legislação garanta direitos iguais a todos os brasileiros e assegure para as crianças e adolescentes as condições básicas necessárias ao seu adequado

desenvolvimento, na prática ainda há muito a se fazer no sentido de frear o “determinismo social”.

Entende-se que a maioria das crianças e jovens acaba impelida a dar sequência à estrutura social em que foram educados. Com isso, percebe-se a necessidade da criação e ampliação de projetos sociais que atuem de forma a garantir de fato que as crianças e jovens de classes sociais carentes tenham acesso ao menos ao mínimo necessário ao seu adequado desenvolvimento. É preciso ainda que sejam apresentadas a estes jovens, opções de subsistência capazes de mantê-los fora da criminalidade na idade adulta.

Outro fator de destaque é a necessidade de um combate mais eficaz ao crime de modo a garantir efetivamente a segurança da população bem como evitar que indivíduos já inseridos no mundo do crime continuem aliciando os jovens para práticas de delitos.

Portanto, é possível concluir que o “determinismo social” no Brasil ainda é muito forte e que apenas uma ação ampla e efetiva do governo, com o apoio da sociedade, no sentido de garantir às crianças e adolescentes carentes ao menos o mínimo necessário ao seu desenvolvimento adequado e paralelamente a isso um combate realmente eficaz à criminalidade poderá amenizar esse problema de nossa sociedade.

Referências

BLACKBURN, R J. *O Vampiro da Razão*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. 1991

HARVEY, D. *Condições pós moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992

MACEDO, L. *O Determinismo em Educação, hoje*. Manuscrito não publicado. São Paulo: Maio de 2010. Disponível em <http://www.escolasanti.com.br/media/files/3400/3218-o-pensamento-determinista-na-educacao-hoje.pdf>. Acesso em março de 2017.

Petrin, Natália. *Determinismo*. Estudo Prático. 2014. Disponível em <http://www.estudopratico.com.br/determinismo/>. Acesso em março de 2017.

SILVA, Cristiane Freitas da; SOUSA JUNIOR, Airton Silva de. *Pobreza e Desigualdade no Brail: Uma Análise da Contradição Capitalista*. Universidade do Porto. 2012. Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0692_ed.pdf. Acesso em março de 2017.

**CAPÍTULO IV - PROPOSTA PEDAGÓGICA – ESTRATÉGIAS
DIDÁTICAS (LEO RICARDO MUSSI; MARCIA REGINA ROCHAI)**

PROPOSTA PEDAGÓGICA – ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS

Leo Ricardo Mussi

Advogado e Psicanalista. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior e em Psicologia Clínica.
Mestrando em Educação E-mail: leoricardobr@gmail.com

Marcia Regina Rocha

Mestranda em Educação.

Etapas:	Ano escolar:	Áreas:	Componentes curriculares:	Duração:
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2º ano	Linguagem e Ciências Humanas	Língua portuguesa, Arte e História	4 aulas de 50 minutos /1 por semana

TEMA:

“Resgatando identidades, histórias e fazeres: ¡vidas negras importam!”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL:

A presente proposta tem como objetivo desenvolver um trabalho de resgate de histórias da comunidade onde o/a educando/a está inserido/a, partindo de um olhar etnicorracial, colaborando para uma educação antirracista e decolonial. Para tanto, parte do pressuposto de saber quem é o/a educando/a, qual o contexto ele/a está inserido/a, quais são as suas percepções, as relações da família, seu contato com a comunidade, valorizando a produção de significados e o que se produz a partir dele. As atividades tem como objetivo potencializar os entendimentos de que outras culturas existem e que elas devem ser reconhecidas, fazendo parte do cotidiano, envolvendo um trabalho de linguagem que permite registros e buscas, colocando os/as educandos/as em lugar de protagonistas.

Sabe-se que as teorias pós-críticas são um conjunto de concepções que envolvem estudos culturais – experiências vividas de um grupo social, logo a proposta reforça que não existe uma cultura melhor que a outra, no sentido amplo de que não deve existir valorização de uma cultura em detrimento da outra. Ao longo de seu desenvolvimento, a proposta visa a valorização dos grupos considerados minoritários, como negros, indígenas e outros que muitas das vezes não tem espaço no currículo, valorizando os campos de luta e suas produções, dando início a um processo de equiparação de diferentes saberes, entendendo que as intervenções devem ser contínuas e a proposta aqui empreendida tem um caráter introdutório.

Logo, a proposta também se relaciona com o multiculturalismo, onde pode-se direcionar sob o olhar de Tomas Tadeu. As aulas contribuirão para a quebra do senso comum de que existe uma cultura universal, cultura esta que associa-se ao grupo dominante: homens, brancos, heteronormativa, católica ou protestante, sendo uma referência para um processo de

homogeneização. Entende-se assim que não basta reconhecer e dar visibilidade às culturas, no sentido de somente tolerar, mas colocar em evidência, respeitando e dando espaço no currículo para uma prática educativa multicultural, devendo ser debatida as múltiplas concepções e combatido os preconceitos.

Seguindo o conceito de interdisciplinaridade, as disciplinas envolvidas na proposta estarão articuladas, entendendo que o saber não deve ser fragmentado como pequenas caixinhas de conhecimento e sim expandido, trabalhado nas diferentes perspectivas, possibilitando que o/a educando/a se desenvolva plenamente, logo, é uma proposta com um olhar em comum entre as áreas de conhecimento a serem abordadas.

OBJETIVO GERAL:

Fortalecer por meio da linguagem artística, escrita e oral, a produção de registros ou apresentação de objetos, sejam eles pessoais, familiares e históricos para fins de fortalecimento, reconhecimento e valorização da identidade negra. As atividades serão realizadas tendo como referencial a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, articulando com diferentes disciplinas.

LÍNGUA PORTUGUESA

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Oralidade	Planejamento de texto oral Exposição oral	(EF02LP24) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, relatos de experimentos, registros de observação, entrevistas, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o

		tema/assunto/finalidade do texto.
ARTE		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Artes integradas	Processos de criação	(EF15AR23) Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.
	Matrizes estéticas culturais	(EF15AR24) Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais.
	Arte e tecnologia	(EF15AR26) Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc.) nos processos de criação artística.
HISTÓRIA		
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES

<p>A comunidade e seus registros</p>	<p>A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas</p>	<p>(EF02HI02) Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.</p> <p>(EF02HI03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória.</p>
<p>As formas de registrar as experiências da comunidade</p>	<p>As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais.</p>	<p>(EF02HI08) Compilar histórias da família e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes.</p> <p>(EF02HI09) Identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados.</p>
<p style="text-align: center;">DESENVOLVIMENTO DO PRIMEIRO ENCONTRO</p>		

Iniciar a aula propondo aos/as educandos/as assistir um curta: “Dúdú e o Lápis Cor da Pele” (https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U) e depois uma roda de conversa, cujo objetivo será para falar sobre histórias de suas famílias, da comunidade, apontando alguns questionamentos: 1. Como vocês se identificam racialmente? (Pardos/as, preto/as, branco/as, indígenas, amarelos/as); 2. Vocês sabem alguma história da família de vocês? Já moravam aqui ou vieram de outro lugar? Por que?”. A partir destes questionamentos realizar uma observação direta para perceber como eles irão responder, se irão se reconhecer racialmente e identificar as histórias de suas famílias.

Finalizada a conversa inicial, apresentar a atividade de entrevistas de seus familiares com foco na temática, onde os/as educandos/as poderão pesquisar, trazer objetos e registrar junto às suas famílias em folhas brancas A4 (escrita ou desenho) ou através da gravação de vídeo na posição horizontal ou áudio as informações pertinentes que encontraram, tendo como perguntas norteadoras para as famílias: 1. Qual a identidade racial que se reconhece?; 2. Qual a origem da família?; 3. Qual a história mais impactante da família que foi passada por gerações?; 4. Como é morar e se relacionar com o lugar onde mora?. As produções ou objetos encontrados por meio da pesquisa do/a educando/a deverá ser apresentado na próxima aula.

Após passadas as orientações, finaliza-se a aula, compreendendo que tais devolutivas deverão ocorrer posteriormente, tendo um intervalo satisfatório para que os/as educandos/as finalizem a atividade proposta.

DESENVOLVIMENTO DO SEGUNDO ENCONTRO

O segundo encontro servirá como um espaço de organização dos registros, os que forem físicos: exposição na sala por meio de varais, murais temáticos ou portfólios. E os que forem digitais, organizados para serem apresentados em formato de vídeo, som, imagem ou outros. Este momento tem como princípio o protagonismo do/a educando/a, onde o professor estará como orientador, respeitando a liberdade criativa.

DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO ENCONTRO

No terceiro encontro, a proposta será coletivizar os registros obtidos pelos/as educandos/as, possibilitando um espaço para socialização, envolvendo os seus relatos e escuta do outro.

DESENVOLVIMENTO DO QUARTO ENCONTRO

O último encontro tem como objetivo articular todas as ações desenvolvidas, gerando um reconhecimento e valorização da identidade e cultura negra. Aberto um espaço para debate, será exibido o curta “Racismo – Animação de Conscientização” (<https://www.youtube.com/watch?v=w3uuwH756Fk>) para fins de incentivar os/as educandos/as a pensar sobre as ações condicionantes da nossa sociedade. Reforçar que o negro é produtor de cultura, conhecimento, histórias, sentimentos e que todos eles são capazes de transformar as realidades e fazerem o que desejarem, devendo ocupar todos os lugares, sendo dignos/as de respeito, escuta, acolhimento e afeto.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, considerando a observação direta, bem como o desempenho/participação/interesse, apresentando um produto (desenho, texto, dança, peça etc) em forma de exposição e autoavaliação de cada educando/a.

REFERÊNCIAS

- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Orgs). Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. p. 38 - 66.
- BRASIL. Ministério da Educação. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- _____. LEI N° 11.645. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada

pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm



ISBN 978-65-87333-10-6